

O jornal mural “PsicoSô” é um veículo de comunicação vinculado ao Centro de Assessoria e Pesquisa em Psicologia e Educação.

Número 01

Abril/Maio 2019

PsicoSô!



O QUE OS INDÍGENAS FAZEM NA UNIVERSIDADE?

Por Geovan José dos Santos, Luciana Beatriz de Araujo Colombo, Luís Carlos Räkag Dias, Odione Brasão Penha, Tainara Ganin de Oliveira. Colaboradoras: Desirre Goulart, Giulia Bieler, Vanessa Fiuzza (Estudantes de Psicologia da UFPR)

Há 15 anos a UFPR oferece vagas suplementares para indígenas. Atualmente são ofertadas 10 vagas por ano pelo Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná. Outra forma de ingresso é pela Lei das Cotas, além do curso de Licenciatura em Educação do Campo, do Setor Litoral. Até 2018 haviam ingressado 121 indígenas (10 pela Lei das Cotas) e 24 haviam se graduado nos cursos de Medicina (4), Gestão Ambiental (4), Odontologia (3), Tecnologia em Agroecologia (2), Educação Física (2), Fisioterapia (2) e 1 aluno nos seguintes: Administração, Ciências Contábeis, Gestão em Empreendedorismo, Direito, Engenharia Civil, Nutrição e Pedagogia.



Luciana de Araujo Colombo

O vestibular indígena é uma prova singular de que conseguimos um espaço para alcançar a formação superior. No entanto, isso não é tudo. A cada dia temos que vencer desafios escrevendo nossa história e a de nossos antepassados e irmãos da aldeia da qual viemos. Logo, é um compromisso coletivo. Eu represento toda a minha Aldeia chamada Aldeinha, localizada no território urbano de Anastácio/MS. Além de ser um orgulho, é uma responsabilidade. Portanto, mesmo com as dificuldades - como clima, atraso de bolsas e falta de apoio dos docentes - sinto-me no dever de ser forte e seguir com firmeza para alcançar meus objetivos e ser a segunda jurista indígena formada pela UFPR.

Além disso, vale ressaltar que também existem as dificuldades sociais sofridas na universidade. Como quando escutamos comentários como: “nossa, você não paga nada e ainda recebe bolsa?”, ou como no estágio no qual recebi um conselho: “não conte pra ninguém que você é indígena, porque você vai despertar preconceito”. Isso causa grande tristeza e mostra outro lado da “inclusão”.

Apesar da ideia de que tudo seria fácil nunca ter existido, muitas vezes o pleito apresenta-se muito mais árduo do que imaginado. Mesmo assim, em nome de nossos sonhos e do de nossos parentes, resistiremos sempre e conseguiremos alcançar a tão sonhada formação. Não só para autonomia pessoal, mas como uma conquista para nossos povos, para poder representá-los e lutar pela nossa visibilidade e direitos!

Odione Penha

Meu nome indígena é Kuenaka, sou católico. A região de onde venho é conhecida como “cabeça do cachorro” e fica no noroeste do AM. São Gabriel da Cachoeira é considerado o município mais indígena do Brasil, pela predominância de sua população indígena.

Atualmente, estudo Fisioterapia na UFPR, turma 2017. Entrei através do vestibular específico, que é oferecido para os povos indígenas.

Foi difícil no começo pois eu estava sem estudar desde 2006, ano que entrei para o exército brasileiro. A dificuldade para pegar o ritmo dos estudos foi enorme, a falta de ajuda por parte da instituição no começo também ajudou para tornar ainda mais difícil continuar. Eu quis largar tudo e ir embora de volta para minha terra várias vezes. Também era grande a diferença entre o ensino que tive no Amazonas, comparando com o dos meus colegas de curso. Posso dizer que, diferentemente de muitos parentes indígenas que se tornam universitários, não sofri nenhum tipo de preconceito por parte de meus colegas de curso, fui bem recebido.

Enfim tudo se resolveu, estou aprendendo muitas coisas no curso, e um dia posso levar esses conhecimentos para ajudar o meu povo, claro! Esse é o grande incentivo e objetivo que nós temos para persistirmos na Universidade! Porém, se aparecer uma oportunidade de eu ficar por aqui, eu fico, pois sempre terá outras formas de eu ajudar meu povo e eu estou aberto e ansioso para ver o que o futuro me reserva!

Todos nós somos capazes de aprender, seja você indígena ou não, apenas temos que ter força de vontade e não desistir quando a vida nos colocar obstáculos!



Luis Carlos Räkag Dias

Meu nome indígena é Räkag, que significa algo relacionado com o Sol, já que o mesmo é conhecido como “Rä” (pronúncia ró) na linguagem nativa. As Terras Indígenas Kaingang são encontradas nos três Estados do sul do Brasil (RS, SC, PR), no Estado de São Paulo e no país vizinho Argentina. Eu sou nascido no RS.

Ingressei na Universidade no ano de 2013, no curso de Educação Física. Aqui nesse espaço, então, busco responder aos questionamentos que muitos colegas do curso fazem: “O que os “índios” fazem na Universidade?; O que buscam?”. O fato dessas questões surgirem já reflete que há um pressuposto, nítido, que revela um desconhecimento quanto à nós, indígenas.

Conforme o tempo vai passando, nós, indígenas, vamos perdendo vários mestres de informações (contos, histórias, lendas, mitos): nossos velhos. Mas tudo que nos transmitiram está gravado em nossa memória. Esses ensinamentos milenares nos dizem que devemos nos habituar e adaptar conforme as modificações das lutas. Pois bem, se antes predominavam confrontos físicos e violentos na aproximação com os povos não-indígenas (fógl), hoje procuramos outras formas de lutar. Por isso, conto-lhes que somos inúmeros indígenas buscando o conhecimento nas mais diversas áreas para ajudar nossas comunidades, de acordo com a necessidade e as especificidades de cada uma delas, sejam urbanas ou Terras Indígenas.

A área que escolhi para estudar foi a educação. Meu objetivo é resgatar a cultura Kaingang através de atividades que envolvam a ludicidade, como jogos e brincadeiras para o ensino das culturas indígenas e afro-brasileiras - uma obrigatoriedade prevista na Lei Nº 11645/2008. Tudo isso, sem deixar de transmitir o conhecimento de outros conteúdos da Educação Física, porém com o foco maior para a cultura tradicional, como um olhar de mãe amorosa para essa temática.



Geovan Santos

Sou indígena pertencente à etnia Pankararu, da região do Vale do Rio São Francisco, PE. Atualmente curso Medicina no campus de Toledo da UFPR. Também sou Bolsista do Programa de Iniciação Científica na UFPR desde 2017.

Meu acesso à educação superior na UFPR foi através do Vestibular Indígena do Paraná em 2017. Só que, devido a circunstâncias institucionais, tive que optar pelo curso de Direito apesar de querer Medicina, já que meu povo carece de profissionais dessa área. Nunca é demais lembrar que o Setor de Ciências da Saúde da UFPR, por muitos anos, restringiu o acesso dos estudantes indígenas aos Cursos de Medicina e Odontologia, mesmo sem o respaldo das normativas internas vigentes sobre o tema. Questionando essa prática de negação de direitos educacionais, solicitei transferência do curso de Direito para Medicina. Depois de muita persistência e luta política, consegui reoptrar de curso. Como consequência, a UFPR reconheceu que o Setor de Saúde deveria ofertar vagas suplementares em todas as entradas anuais em todos os seus cursos. Isso foi uma grande vitória para nosso povo, tão carente de profissionais nessa área!

No ano de 2017, quando estudava no curso de Direito, concluí um Projeto de Pesquisa no qual fiz crítica à Lei das Cotas (12711/12). Nela há disputa de vagas entre Pretos, Pardos e Indígenas - PPI. Fui além da pesquisa e abri um processo no Ministério Público Federal, solicitando que os indígenas possam concorrer entre si. Mesmo não obtendo muito sucesso nessa ação até o momento, há continuidade nessa luta pela garantia do acesso diferenciado para os indígenas que queiram cursar faculdade.

Quando à nossa inserção no ensino superior, percebo dificuldades enormes. As universidades brasileiras deveriam ficar atentas e respeitar os diferentes, seus modos próprios de aprender e ser. Elas deveriam adaptar seus modos de ensino e interação e não apenas exigir de nós o esforço de adaptação. O desafio cotidiano é romper as práticas da educação dominante, colonial!

Tainara Ganin de Oliveira



Tainara Ganin de Oliveira. Etnia Kaingang, Terra Indígena Toldo Chimbangue, Chapecó-RS. Estudante de Terapia Ocupacional. Foto: Marcos Solivan

Para nós, indígenas, a universidade acabou se tornando um espaço no qual temos que resistir diariamente. Nossas terras indígenas precisam de profissionais formados, porque ninguém melhor do que nós mesmos para entender as demandas de nossos povos. Estamos aqui representando um povo e sonhando com futuro melhor para todos.

Entretanto, deixo aqui uma breve reflexão que se refere às nossas vivências enquanto indígenas na universidade: “Qual é preço que nós, indígenas, pagamos por tentarmos ser ou ter uma carreira profissional? Qual é o preço que pagamos por termos que ficar longe de casa, longe dos nossos pais, longe de nossos costumes? Qual é o preço que pagamos vendo nossos amigos e colegas indígenas chorarem, ou até “engolirem” o choro pra fingirem ser fortes? Qual é o preço que pagamos quando escutam: “você não é capaz?” Qual é o preço que pagamos ao vermos nossos filhos terem que eles não merecem? Qual é o preço que pagamos por sonharmos alto e com um futuro melhor? Qual é o preço que pagamos por sabermos e termos fatos concretos que provam que realmente estamos sofrendo preconceito e não temos coragem de denunciar? Qual é o preço que pagamos por tentarmos esconder tudo isso?”

Bom, o que eu posso lhes dizer é que o valor é alto até demais! E que... sim, tem uma “política” pra ensinar que empatia é bom, ser solidário faz bem e traz o bem, que o preconceito é feio... Mas as pessoas continuam reproduzindo tudo aquilo que se diz que é feio, tudo aquilo que não deveriam fazer. E diariamente isso se repete e muitos nem percebem! Não vou aqui pedir empatia, solidariedade e outras coisas, quero apenas que REFLITAM um pouco, não por mim, e nem pelos meus colegas indígenas que já estão aqui na universidade, mas pelos próximos que irão chegar. Porque nós, mesmo sem saber e sem querer, já desenvolvemos maneiras de nos auto-protegermos de tudo isso... Peço que reflitam pelo meu filho - que ainda é uma criança, e pelos próximos universitários indígenas que ainda vão chegar no segundo semestre, ano que vem, daqui a dois ou três anos.

EXPEDIENTE

Prédio Histórico da UFPR
Praça Santos Andrade 50, subsolo - Centro
Curitiba - PR
Direção do Setor de Ciências Humanas
Prof. Dra. Lígia Negri
Prof. Dr. Rodrigo Rodriguez Tavares

Produção
CEAPPE - Centro de Assessoria e Pesquisa em Psicologia e Educação
Coordenação do PsicoSô
Dra. Francine Rocha
Prof. Dra. Norma da Luz Ferrarini
Contato:
rocha.francine@gmail.com | 3310.2840

Redação
Geovan José dos Santos
Luciana Beatriz de Araujo Colombo
Luís Carlos Räkag Dias
Maiara Nawroski dos Santos
Norma da Luz Ferrarini
Odione Brasão Penha
Tainara Ganin de Oliveira
Victor Hugo Brandão Meireles

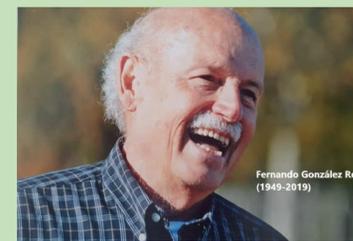
Revisão
Dra. Francine Rocha
Ms. João Cubas Martins

Projeto Gráfico e Diagramação
Ester Antunes



CEAPPE EM LUTO

Por Norma Ferrarini



Fernando González Rey (1949-2019)

Na noite de 26 de março faleceu nosso querido professor Fernando Luis González Rey, criador da Teoria da Subjetividade sob o enfoque da Psicologia Histórico-Cultural, abordagem que tem embasado diversas pesquisas desenvolvidas no CEAPPE. Psicólogo, nascido em Cuba, doutor em Psicologia pelo Instituto de Psicologia Geral e Pedagógica de Moscou e doutor em Ciências pelo Instituto de Psicologia da Academia de Ciências de Moscou, vice-reitor da Universidade de Havana. Residente no Brasil desde 1995, professor do UniCeub e da UnB, professor visitante de diversas universidades estrangeiras, com vasta produção e publicação de sua obra que muito contribuiu para consolidar a Psicologia Histórico Cultural e a Psicologia Social Crítica.

Nossa homenagem e admiração.
27 de março de 2019.



LGBTIFOBIA: UMA REALIDADE PERVERSA

Por Victor Hugo Brandão Meireles



Atualmente, o dia 17 de maio é considerado o “Dia Internacional de Luta Contra a LGBTIfobia” como forma de celebrar todas as orientações sexuais e identidades de gênero contra qualquer tipo de preconceito. Essa data traz como base a resistência em meio às violências e discriminações que essa população sofre diariamente, desde violações de direitos até a discussão sobre a (i)legitimidade de relações afetivas e amorosas com pessoas do mesmo gênero. A resistência da população LGBTI+ é importante para alargar as discriminações que se desdobram nos espaços sociais públicos e privados, impossibilitando muitos de vivenciar suas experiências de vida.

A reflexão nessa data é importante para demonstrar que, mesmo com alguns direitos sociais, civis e políticos já conquistados, ainda se tem muito para ser debatido em relação à inclusão de direitos que garantam acesso à educação, saúde, trabalho, entre outros. Isso porque as instituições também são marcadas pelo preconceito. Por meio de marcos históricos do movimento LGBTI+ que garantiram alguns direitos ao longo dos séculos, evidencia-se a importância da mobilização em prol a igualdade de identidades de gênero e sexuais ainda nos dias atuais.

O Brasil ainda é um dos países que mais mata LGBTI+ no mundo todo. De acordo com o relatório elaborado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), em 2018 ocorreram cerca de 420 mortes no Brasil. Nos relatórios anteriores, em 2017 se teve um aumento de 30% em relação a 2016, totalizando 445 mortes de LGBTI+ no país.

Para a Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais (ILGA), cerca de 70 países ainda consideram as homossexualidades como um ato de crime e em 11 deles há como punição a pena de morte. Esses dados são resultados do preconceito existente, que mata e fere corpos de pessoas que expressam suas sexualidades diferentes da tradicional.

O preconceito contra a diversidade sexual é um fenômeno social que, a cada dia que passa, legítima discursos capazes de inferiorizar pessoas que não se enquadram nos “padrões” sociais normativos. Neste caso, o Dia Internacional de Luta Contra a LGBTIfobia simboliza a resistência contra qualquer tipo de preconceito. **Uma realidade que mata.** Portanto, diante de toda forma de preconceito e discriminações, **nós resistimos!**

APOIO ENTRE DISCENTES: PROJETO PERMANESENDO

Por Maiara Nawroski dos Santos



Professora Roberta Kafrouni, ao centro e de lenço, com estudantes envolvidos no PermaneSENDO em 2018. Foto: CEAPPE

O projeto de extensão PermaneSENDO é uma proposta de ação da Psicologia Educacional nas universidades. Foi fundado em 2012 pela Prof. Dra. Miriam Pan e atualmente está sob coordenação da Prof. Dra. Roberta Kafrouni. O objetivo central do projeto é auxiliar na permanência do aluno na universidade, visando uma maior qualidade de sua trajetória acadêmica, tendo em vista a emergência de políticas públicas que promoveram uma maior democratização do ensino superior e possibilitaram o ingresso de jovens de distintas camadas sociais nas instituições de ensino.

O PermaneSENDO atua por meio dos plantões de acolhimento: uma conversa entre estudantes, onde é proporcionado um espaço em que o aluno que busca escuta encontra um ambiente propício para compartilhar suas queixas de sofrimento. O plantão de acolhimento tem a intenção de ajudar o estudante em suas dificuldades dentro do ambiente acadêmico, bem como a encontrar estratégias de enfrentamento para possibilitar uma melhor qualidade de sua vivência na universidade. Além disso, o projeto também promove rodas de conversa, que visam proporcionar um espaço capaz de reunir um grupo de estudantes que estejam passando por dificuldades em comum, para que, através da troca de experiências coletivas, possam realizar um intercâmbio vivencial uns com os outros, encontrando meios de lidar com o sofrimento. O objetivo é a construção de uma rede de apoio mútuo entre os mesmos.

No ano passado foram realizados 74 acolhimentos e sete rodas de conversa. Por sua vez, nesse ano os extensionistas do projeto já participaram do evento de recepção aos discentes ingressos nos cursos pertencentes ao Setor de Ciências Biológicas, do espaço semana dos calouros do curso de Psicologia e também dxs calouros do curso de Ciências Sociais, além da feira de Projetos de Extensão da Psicologia. Contando, ademais, com o plantão de acolhimento que ocorre em dois campi: Prédio Histórico (CEAPPE) e Centro Politécnico (ASPEC).

“Motováty hexinoo, akó vaaka kohé né Abril.” (Língua Terena)

“Ájag tý ki kanhró ný tí jé jég tóg kurá kar ki vésãnsán tí. Abril tavín ká ke tú vè.” (Língua Kaingang)

“Mahsi kúgüwe muhsare, Abril muhipu diakuhú niwe ukúamesuo númúri.” (Língua Tukanna, falada pelo aluno Tariano)

“Para que vocês saibam que a nossa luta não se limita ao mês de Abril.” (como a língua Pankararu é somente utilizada para fins religiosos e práticas culturais, essa etnia faz uso do Português)